



PODER

Defesa nega burla de Bolsonaro às restrições

Em embargo apresentado ao ministro, advogados solicitam que seja esclarecido alcance das medidas contra ex-presidente

» MAIARA MARINHO
» WAL LIMA

A defesa de Jair Bolsonaro negou, ontem, que tenha descumprido as medidas cautelares a ele impostas desde a sexta-feira passada. Por meio de um embargo de declaração — instrumento jurídico que solicita ao juiz o esclarecimento de algum ponto obscuro de uma decisão — ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), os advogados alegaram não terem conhecimento de que o ex-presidente estava proibido de conceder entrevistas.

Com o embargo de declaração, os advogados pedem a Moraes que esclareça a extensão da sua ordem. Mas salientam que a “proibição (de conceder entrevistas) não estaria em consonância com a jurisprudência brasileira”. A defesa garante, porém, que Bolsonaro suspendeu o uso das redes sociais, conforme determinado pelo ministro. Mas frisa que a decisão que impôs ao ex-presidente o uso de tornozeleira eletrônica “jamais cogitou” incluir a transmissão ou veiculação de entrevistas em plataformas de terceiros.

Isso porque, segundo os defensores, a retransmissão de imagens faz parte de um “desdobramento incontornável das dinâmicas contemporâneas de comunicação digital”. Frisam, ainda, que isso seria um “risco real de cerceamento indevido de liberdade”, devido a ações sobre as quais o ex-presidente não tem controle. Para os advogados, se a proibição inclui a transmissão ou transcrição de entrevistas em redes sociais, na prática, Bolsonaro estaria “proibido de concedê-las”.

“Se a proibição envolve transmissão ou transcrição de entrevistas, o embargo, na prática, está proibido de concedê-las, posto que ninguém tem controle sobre a forma de sua divulgação, a não ser, e apenas inicialmente, o próprio jornalista”, observa a defesa. Moraes não tem prazo para responder às indagações dos advogados.

Bolsonaro foi avisado de que não poderia conceder entrevistas no começo da tarde de segunda-feira, tanto que cancelou uma que estava marcada. Na sequência, suspendeu uma coletiva, na Câmara dos Deputados, que faria depois da reunião com partidos de oposição.

Mas, segundo seus advogados, o ex-presidente não sabia que as restrições impostas referiam-se, também, à transmissão e à retransmissão de áudio, vídeo e transcrição — sejam feitas diretamente por ele ou por terceiros. No dia, Bolsonaro fez um pronunciamento aos jornalistas ao mostrar a tornozeleira eletrônica



Se a proibição envolve transmissão ou transcrição de entrevistas, o embargo, na prática, está proibido de concedê-las, posto que ninguém tem controle sobre a forma de sua divulgação, a não ser, e apenas inicialmente, o próprio jornalista”

Trecho do argumento da defesa de Jair Bolsonaro no embargo de declaração impetrado junto a Alexandre de Moraes

e, antes, se permitiu fotografar por vários deputados que o apoiam com o equipamento preso à perna esquerda. Todas essas imagens foram amplamente divulgadas.

A ação da defesa de Bolsonaro foi rebatida pelos governistas, que acusam premeditação. “Minutos depois, (o ex-presidente) fez um discurso na saída da Câmara que foi imediatamente publicado nas redes sociais de seu filho Eduardo Bolsonaro, violando a medida imposta de forma escancarada e premeditada”, disse o deputado Lindbergh Farias (RJ), líder do PT na Casa.

As restrições determinadas ao ex-presidente são por conta da suspeita da Polícia Federal (PF), corroborada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), de que o ex-presidente age em conluio com o filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), junto ao governo dos Estados Unidos, para sancionar o Brasil a fim de impedir que seja condenado por chefiar um grupo de pessoas que tentou dar um golpe de Estado no Brasil. Bolsonaro e o parlamentar estão sendo investigados no STF por coação no curso do processo.

O inquérito, que tramita em sigilo, foi aberto depois da imposição de um tarifaço de 50%, anunciado por Donald Trump, contra os produtos brasileiros exportados para os EUA. Numa carta do presidente norte-americano ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele manifesta insatisfação com o andamento do julgamento contra Bolsonaro.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Advogados justificaram a Moraes não terem como impedir ou controlar o pronunciamento e as imagens de Bolsonaro mostrando a tornozeleira, que foram divulgados pela imprensa e correram as redes sociais

Fux diverge de Moraes: desproporção

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), divergiu das medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes a Jair Bolsonaro. O magistrado não enxerga conluio entre o ex-presidente e o filho 03, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), nas ações junto à Casa Branca que resultaram no tarifaço às exportações brasileiras para os Estados Unidos. Dessa forma, o julgamento da restrição impostas por Moraes ao ex-presidente terminaram com o placar de 4 x 1.

Para Fux, a imposição de uma taxa de 50% a produtos brasileiros é algo que tem de ser resolvido nas searas política e diplomática. Também segundo o ministro, a Polícia Federal (PF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) não apresentaram elementos de que Bolsonaro planejava fugir do Brasil, caso seja condenado na ação por tentativa de golpe de Estado em curso no STF.

Já em relação às medidas determinadas por Moraes, no entendimento de Fux, elas restringem “desproporcionalmente direitos fundamentais, como a liberdade de ir e vir e a liberdade de expressão e comunicação”.

“(Não houve) demonstração contemporânea, concreta e individualizada dos requisitos que legalmente autorizariam a imposição dessas cautelares. É indispensável a demonstração concreta da necessidade da medida para a aplicação da lei penal e sua consequente adequação aos fins pretendidos. À luz desses requisitos legais, não se vislumbra, neste momento, a necessidade, em concreto, das medidas cautelares impostas”, avaliou Fux.

Contraste

O voto de Fux no caso de Bolsonaro contrasta daquele proferido, em 2018, quando o jornal *Folha de S. Paulo* solicitou o direito de entrevistar o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à época preso na sede da PF, em Curitiba, devido ao processo da Operação Lava-Jato.

Fux indeferiu a liminar que permitia a realização da reportagem pelo jornal, proferida pelo então ministro Ricardo Lewandowski, manifestando-se pela suspensão da liminar, conforme ação impetrada no STF pelo Partido Novo. (MM)

PT quer impedir filho 03 de ganhar cargo e ficar nos EUA

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do PT na Câmara dos Deputados, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a solicitação de imposição de medidas cautelares contra o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Na petição apresentada ontem, o parlamentar solicita o impedimento da nomeação do filho 03 do ex-presidente para cargos comissionados estaduais, distritais ou municipais, bem como seu afastamento cautelar do mandato e a determinação para que governadores se abstenham de oferecer cargos ao deputado, que atualmente reside

nos Estados Unidos.

No entendimento do líder do PT, caso Eduardo consiga um posto em algum governo de unidade da Federação, isso poderia causar riscos às investigações do inquérito que apura a atuação do deputado nos EUA para atrapalhar o curso da ação penal que julga seu pai, no Supremo Tribunal Federal, por tentativa de golpe de Estado. A ligação entre eles ficou explicitada logo depois que o presidente Donald Trump anunciou o tarifaço às exportações brasileiras, a partir de 1º de agosto, por discordar da ação que corre no STF contra Bolsonaro — o deputado se disse

responsável por convencer integrantes do primeiro escalão da Casa Branca a agirem economicamente contra o Brasil.

Governadores

A solicitação do petista se fundamenta no risco de obstrução à Justiça e atentado à soberania nacional, citando notícias de que governadores aliados estariam articulando tais nomeações para garantir sustentação financeira e permitir a permanência de Eduardo no exterior, mesmo com bens bloqueados e atuando contra o Brasil. Entre os que teriam,

inicialmente, oferecido algum posto a Eduardo, estão Tarcísio Gomes de Freitas, de São Paulo, e Jorginho Mello, de Santa Catarina.

Outro que pretende abrigar Eduardo em seu secretariado é Cláudio Castro, do Rio de Janeiro. Inclusive, fez uma consulta ao STF sobre essa possibilidade.

O pedido de Lindbergh faz parte de uma série de medidas que impetrou na Corte contra o filho de Bolsonaro. Eduardo já manifestou publicamente diversas vezes que tem mantido diálogo com Trump. Além disso, de acordo com Bolsonaro, o deputado estaria nos EUA com dinheiro do pai, que disse ter

feito um “pix limpo” de R\$ 2 milhões para ajudar com os custos dele no estrangeiro.

Por causa disso, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou, no sábado passado, o bloqueio de todos os bens móveis e imóveis de Eduardo. Também foram suspensas as contas bancárias e a chave Pix relacionadas ao parlamentar. A decisão estava em caráter sigiloso e refere-se ao inquérito que apura a atuação do filho 03 do ex-presidente, contra o Brasil, nos EUA.

Isso representa que Eduardo está impedido de fazer qualquer movimentação financeira (receber ou

enviar dinheiro). Além disso, o salário da Câmara ficará retido na conta, apesar de a licença que pediu para se autoexilar nos EUA ter acabado no domingo.

Em entrevista ao podcast Inteligência Ltda., na segunda-feira, o deputado ironizou a ordem de Moraes. “Acabei de ver, aqui na imprensa, que as minhas contas bancárias estão bloqueadas. Alexandre de Moraes acabou de bloquear as minhas contas bancárias, mas, obviamente, em nome da democracia”, criticou. (MM com Lara Perpétuo e Alicia Bernardes, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)